



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE ACARI
Palácio “Vereador José Sueco de Medeiros”
CNPJ 08.539.439/0001-07
Rua Tomaz de Araújo, 05, CEP. 59370-000, Acari, RN, Fone/Fax: 84 3433-2207

Emenda Substitutiva nº 004/2025

Acari/RN, 08 de novembro de 2025.

Ao **Projeto de Lei Complementar nº 002/2025**, de autoria do Poder Legislativo Municipal, que *“Altera a Lei Complementar nº 004/2018 e dá outras providências”*.

Dê-se nova redação ao art. 2º do Projeto de Lei Complementar nº 002/2025, de iniciativa do Poder Legislativo, e renumere-se o atual art. 2º como art. 3º:

Art. 2º. O art. 34 da Lei Complementar nº 004/2018, de 14 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:
“Art. 34. A licença paternidade será de 20 (vinte) dias a contar da data do nascimento do filho, sem prejuízo da remuneração.”

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DIOGO BEZERRA DUARTE

Vereador



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE ACARI
Palácio "Vereador José Sueco de Medeiros"
CNPJ 08.539.439/0001-07
Rua Tomaz de Araújo, 05, CEP. 59370-000, Acari, RN, Fone/Fax: 84 3433-2207

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por finalidade ampliar, de 5 (cinco) para 20 (vinte) dias, o prazo da licença-paternidade concedida aos servidores da Câmara Municipal de Acari/RN, mediante alteração da redação da Lei Complementar nº 004/2018, que dispõe sobre a estrutura organizacional da instituição.

A ampliação proposta está em consonância com a evolução das políticas públicas de proteção à primeira infância e de promoção da convivência familiar. Diversos estudos demonstram que a presença paterna nos primeiros dias de vida da criança contribui significativamente para o fortalecimento dos vínculos afetivos, para o desenvolvimento emocional saudável e para a divisão equilibrada das responsabilidades parentais.

Além disso, a medida reforça o compromisso da Casa Legislativa com a promoção de direitos sociais, alinhando-se às práticas já adotadas em vários órgãos da administração pública e empresas privadas que ampliaram o período de licença-paternidade como forma de assegurar melhores condições para o desenvolvimento familiar e para o bem-estar dos servidores.

Diante dessas razões, a ampliação da licença-paternidade para 20 (vinte) dias constitui medida justa, moderna e socialmente responsável, compatível com os princípios de proteção à família e à infância previstos na Constituição Federal. Por tais motivos, solicitamos o apoio dos nobres pares para sua aprovação.